



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

CONT. Nº 031/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO E RS MÉDICA LTDA. - ME, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA DOS EQUIPAMENTOS EM QUE É BENEFICIÁRIO O HEMOCENTRO DE PASSO FUNDO - HEMOPASSO, CONFORME PROCESSO Nº 17/2000-0183566-7.

O Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 87.958.625/0001-49, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº. 1501, sexto andar, nesta Capital, neste ato legalmente representada por sua Titular, Sra. ARITA BERGMANN, portadora da Carteira de Identidade nº 1002685004 – SSP/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Física sob o nº 259.568.33-68, doravante denominada CONTRATANTE, e RS MÉDICA LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.157.606/0001-59, com endereço na Rua Edmundo Bastian, nº. 116, Bairro Cristo Redentor - PORTO ALEGRE/RS, CEP.: 91.040-050, fone: (51) 3362-1221 - (51) 3362-6649, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, Sr. MARCO ANTÔNIO BARRETTI, portador da Carteira de Identidade nº. 4008938237, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 261.358.330-49, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira - Do Objeto.

O presente Contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **processo administrativo nº 17/2000-0183566-7, Pregão Eletrônico nº 869/CELIC/2018, Tipo de Licitação Menor Preço Global por Lote**, regendo-se pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 11.389 de 25 de novembro de 1999, 1999, Lei nº. 13.191 de 30 de junho de 2009, Lei nº. 13.706 de 06 de abril de 2011, Decreto nº 35.994 de 25 de maio de 1995, Decreto nº 42.020 de 16 de dezembro de 2002, Decreto nº 42.250 de 19 de maio de 2003, Decreto nº 42.434 de 09 de setembro de 2003, Decreto nº 42.434 de 09 de setembro de 2003, Decreto 48.160 de 14 de julho de 2011, Decreto 52.768 de 15 de dezembro de 2015; e legislação pertinente; subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e legislações posteriores, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de calibração e qualificação térmica nos equipamentos no HEMOPASSO, conforme os lote 3, que serão prestados nas condições estabelecidas nos **Anexos II do Edital - Termos de Referência, que são partes integrantes deste instrumento.**

1.2 Este Contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 O preço global referente à execução dos serviços contratados é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, de acordo com a proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, pelos seguintes valores:

2.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO**

3.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:  
**Recurso:** 0006/0182      **Elemento:** 3.3.90.39.3984      **Empenho:** 19000608877  
**U.O. :** 20.95      **Atividade:** 3275      **Data do Empenho:** 15/02/2019

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1 O prazo de duração do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

4.2 A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

4.3 O objeto do Contrato será executado no Hemocentro Regional de Passo Fundo, sito na Avenida Sete de Setembro, 1055 - Centro - Passo Fundo - RS - CEP 99010-120

4.4 O prazo de duração do presente contrato pode ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.4.1 os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.4.2 a Administração mantenha interesse na realização do serviço; e

4.4.3 o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.

4.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

**CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA**

5.1 A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

5.1.1 Caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

5.1.2 Seguro-garantia, desde que contemple todos os eventos indicados no item 5.1.1;

5.1.3 fiança bancária.

5.2 A CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5.% (cinco por cento) do valor total contratado, que será liberada após a execução do objeto da avença, conforme disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.2.1 O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE.

5.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive dos previstos nos itens 5.10 e 5.16, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

5.4 O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.5 O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.

5.6 Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização do contrato deverá comunicar o fato à entidade garantidora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao contratado, bem como as decisões finais da instância administrativa.

5.7 A entidade garantidora não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

5.8 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

5.9 A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

5.10 A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

5.11 A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

5.11.1 prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.11.2 prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

5.11.3 as multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

5.12 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, com atualização monetária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

5.13 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.14 A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

5.14.1 A autorização contida neste subitem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

5.15 A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.

5.17 A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

5.17.1 caso fortuito ou força maior;

5.17.2 alteração, sem prévia anuência da entidade garantidora, das obrigações contratuais;

5.17.3 descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela

Administração;

5.17.4 atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

5.18 Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 5.17.3 e 5.17.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.

5.19 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses após o término de vigência do contrato.

5.20 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Edital.

5.21 Será considerada extinta a garantia:

5.21.1 com a devolução da apólice, título da dívida pública, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

5.21.2 no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, exceto quando ocorrer comunicação de sinistros, por parte da Administração, devendo o prazo ser ampliado de acordo com os termos da comunicação.

5.22 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70 da Lei federal nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento semestral deverá ser efetuado no prazo de até 30 (vinte) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.

6.2 Pagamento semestral após efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Nota Fiscal fatura, Prova de regularidade FGTS e INSS atualizados e demais exigências constantes do contrato.

6.3 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

6.3.1 Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.

6.4. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da CONTRATADA.

6.5 O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.5.1 A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

6.5.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no Contrato; ou

6.5.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.6 Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.7 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666/1993.

6.7.1 Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.7.2 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.8 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.8.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

6.8.2 Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

6.8.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.9 As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

6.10 A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 01/2011 da CAGE, a CONTRATANTE, na qualidade de substituto tributário, reterá da CONTRATADA, a alíquota de 4,94% (quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), incidente sobre a prestação do serviço contratado no município de PORTO ALEGRE/RS, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com fulcro na Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com a Declaração do Prestador, acostada às folhas nº 1009, do processo administrativo nº 17/2000-0183566-7.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

7.1 Os valores do presente Contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro-rata-die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

8.1 O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P_0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P<sub>0</sub> = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

IPCA<sub>n</sub> = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;  
IPCA<sub>0</sub> = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, último reajuste.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

9.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no ANEXO II - Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos.

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.7. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

10.8. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela administração, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

10.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

10.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato.

10.11. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, quando couber;

10.12. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

10.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução.

10.14. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.

10.16. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.

10.17. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão.

10.18. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.

10.19. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

10.20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

- 10.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.
- 10.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.
- 10.23. Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de suaproposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93.
- 10.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 11.4. Pagar o contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES**

- 12.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.2 Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa, a CONTRATADA que:
- 12.2.1 apresentar documentação falsa;
  - 12.2.2 ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
  - 12.2.3 falhar na execução do Contrato;
  - 12.2.4 fraudar a execução do Contrato;
  - 12.2.5 comportar-se de modo inidôneo;
  - 12.2.6 cometer fraude fiscal.
- 12.3 Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:
- 12.3.1 deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
  - 12.3.2 deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 12.4 A falha na execução do Contrato estará configurada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.
- 12.5 Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.6 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

12.6.1 multa:

12.6.1.1 compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do Contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

12.6.1.2 moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 dias.

12.6.2 impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.

12.7 As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.

12.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.

12.9 O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

12.9.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver

12.9.2 Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.9.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.9.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação da CONTRATANTE.

12.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.11 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

12.12 O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.

12.13 As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.

13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1 levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES**

14.1 É vedado à CONTRATADA:

14.1.1 caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

17.1 Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste Contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2 No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados da CONTRATADA ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

17.3 As partes considerarão cumprido o Contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela CONTRATANTE.

17.4 Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

17.5 O presente Contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimirem dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

18.2 E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este Contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 22 de FEVEREIRO de 2019.

**ARITA BERGMANN**  
Secretária da Saúde

**AGLAÉ REGINA DA SILVA**  
Secretária da Saúde Adjunta

**MARCO ANTÔNIO BARRETTI**  
Sócio-Administrador da RS Médica Ltda. - ME

**Marco Antonio Barretti**  
Diretor da RS Médica LTDA.  
CPF: 261.368.330/49

**RS Médica Ltda**  
Rua Edmundo Bastian, 116.  
CNPJ: 05157606/0001-59



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**ANEXO II DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA NOS EQUIPAMENTOS NO HEMOPASSO.**

**1 – RESPONSÁVEL PELO PROJETO**

Nome: Claudete Mistura Doro

Lotação: Hemopasso – Fone: 054 3311-1427

E-mail: claudete-doro@saude.rs.gov.br

**2 – OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de calibração e qualificação térmica nos equipamentos no HEMOPASSO, conforme os lotes 1, 2 e 3 em anexo.

**3 - JUSTIFICATIVA**

O serviço solicitado é essencial na validação dos processos conforme portaria nº158 do Ministério da Saúde de 04 de fevereiro de 2016 e RDC nº 34 da ANVISA de 11 de junho de 2014 sendo que a produção dos hemocomponentes depende exclusivamente da Calibração e Qualificação Térmica dos Equipamentos do Hemopasso. Os equipamentos sujeitos a calibração são utilizados diretamente do processo de produção dos hemocomponentes. Portanto salientamos a necessidade da contratação do serviço para atendermos a legislação e mantermos a segurança na produção dos hemocomponentes.

**4 – HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

De segunda a sexta-feira no horário das 08 às 18 horas. Se necessário, excepcionalmente, executar serviços nos finais de semana, feriados ou fora do expediente normal.

**5 - DESCRIÇÃO ou FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1- Executar os serviços de Calibração e Qualificação nos equipamentos do HEMOPASSO, utilizando-se para isto padrões rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração), devendo estas serem Laboratórios reconhecidos pela Rede metrológica do Rio Grande do Sul ou Laboratórios Acreditados nas grandezas simultaneamente de Pressão, Temperatura, Balança ou Massa;

2- O certificado de calibração da malha (coletor de dados e sensores) utilizado deverá ser rastreável nos padrões da Rede Brasileira de Calibração (RBC). O número de sensores utilizados e seu posicionamento deverão ser proporcionais ao volume interno do equipamento, conforme recomendações da norma DOQ-CGCRE-028, revisão 00 – Maio 2011 – INMETRO. O período de aquisição de dados deve ser compatível com a utilização do equipamento e a rotina de serviço;

3- A cada calibração emitir certificado e relatório segundo os padrões nacionais e internacionais aceitos pela Rede Brasileira de Calibração, mantendo cópias atualizadas dos certificados de calibração dos padrões utilizados na execução dos serviços bem como sua rastreabilidade; e como comprovação o licitante deverá demonstrar através de padrões operacionais do sistema da qualidade, todo o processo de grádua, back-up, dos certificados em seus sistema eletrônico, bem como, o processo de confidencialidade dos dados;

4- Executar o serviço de Qualificação Térmica dos equipamentos num período mínimo de oito horas durante rotina normal de trabalho e em no mínimo 12 (doze) pontos estratégicos instalados. Deverão ser utilizados para as qualificações destes, equipamentos com leitura e registros automáticos e sensores calibrados e rastreáveis à RBC. Este método aplica-se às Câmaras de Conservação, Câmaras Frias, freezers, refrigeradores e autoclaves;

5- Para Autoclaves deverá ser adotado a qualificação seguindo a ABNT NBR ISSO 17665-1:2010;

6- Executar todos os serviços de calibração e dos equipamentos nas dependências do Hemopasso. Caso seja necessário transportar o equipamento para calibração fora do laboratório, haverá prazo para realização desta e os custos de retirada e devolução ficam por conta da CONTRATADA;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

7- Caso ocorra alguma manutenção corretiva que possa impactar em algum parâmetro dos equipamentos previstos nos lotes 1,2 e 3, a CONTRATADA, deverá proceder com calibração RBC-INMETRO (Rede Brasileira de Calibração – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) atualizadas;

8- Efetuar a etiquetagem em todos os equipamentos com as informações mínimas identificação de empresa, data de realização da calibração, data de validade da calibração, nº do certificado de calibração e responsável, utilizando etiqueta própria e adequada para esta finalidade;

9- Emitir em físico (papel) e em meio digital (no software) os certificados de calibração atendendo a Norma ISSO 9000/2000, NBR 10012, ABNT NBR ISSO 17025 e demais normas pertinentes e vigentes;

10- Executar os serviços ora contratados programando-se previamente objetivando a compatibilidade dos mesmos com as atividades do Hemopasso, e logicamente dentro das periodicidades pré-definidas para cada equipamento. Se necessário executar os serviços em finais de semana, feriado, em dias de expediente suspenso no Hemopasso ou fora do horário de expediente normal;

11- Características mínimas e específicas do Gerenciamento da Calibração:

- Relatórios/Gráficos de tendência dos Equipamentos;
  - Relatórios/Gráficos da quantidade de equipamentos calibração;
  - Relatórios/Gráficos da quantidade de equipamentos em atraso;
  - Relatórios/Gráficos da quantidade de equipamentos calibrados;
  - Relatórios/Gráficos da quantidade de equipamentos em validação;
  - Relatórios/Gráficos com todos os equipamentos podendo ser separados por departamentos, localização, tipo, código, etc;
  - Relatório com a descrição completa do equipamento (cabeçalho e grandeza de calibração, com informações de desvios) separado por departamento, localização, devendo constar o nome do supervisor da área;
  - Relatório com o status geral do sistema para calibração;
  - Possibilidade de se verificar as calibrações mensais e futuras;
  - Relatório dos equipamentos contemplado pelo banco de dados em uso;
  - Sistema de busca por código do equipamento, certificado de calibração, tipo de equipamento;
- No certificado deverá conter obrigatoriamente: Valor de referência, no mínimo três medições do padrão, erro sistemático, incerteza A, incerteza B; incerteza expandida e desvio admissível;
- Para aprovação do certificado, deverá seguir os seguintes critérios para conformidade:
    - Desvio máximo Superior - Erro sistemático + Incerteza total e Desvio Máximo Inferior - Errosistemático – Incerteza total. Critério para não conformidade: Desvio Máximo superior < Erro sistemático + Incerteza total e Desvio Máximo inferior > Erro sistemático – Incerteza Total;

12- Características mínimas e específicas do Gerenciamento da Qualificação de Equipamentos:

- Os relatórios de qualificação de instalação, desempenho e operacionais, deverão ser individuais;
- Deverá haver no corpo do relatório o nome dos processos em que serão qualificados os equipamentos com suas respectivas datas, além de um número seqüencial cronológico;
- Os valores que estiveram fora da faixa de processo deverão ficar grifados na cor vermelha;

**6- FORNECIMENTO DE UNIFORMES, MATERIAS E EQUIPAMENTO (se for o caso)**

Responsabilidade da contratada: uniforme composto de calças compridas, jalecos de manga longa, sapatos fechados, luvas, óculos de proteção, capacete e protetor auricular se necessário. Uso de crachá para identificação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**LISTA DE EQUIPAMENTO PARA CALIBRAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉRMICA  
- HEMOPASSO**

LOTE 3						
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	PATRIMÔNIO	FREQUÊNCIA SEMESTRAL CALIBRAÇÃO	FREQUÊNCIA ANUAL DE QUALIFICAÇÃO TÉRMICA
APL001	Agitador de plq linear	C-Mar	HPL 2000	6960	1	0
APL005	Agitador de plq linear	Fresenius Kabi	H96	18960	1	0
APL006	Agitador de plq linear	Fresenius Kabi	H96	18953	1	0
CSR002	Centrífuga Sorológica	CelM	Combate	5597	1	0
CSR003	Centrífuga Sorológica	Fanem	206 BL	13125	1	0
CSR004	Centrífuga Sorológica	Fanem	206 BL	13126	1	0
CSR005	Centrífuga Sorológica	Fanem	200	10001622	1	0
CSR006	Centrífuga sorologica	Thermo Electron	16 R	18233	1	0
BAL001	Balança	BEL	Mark 2200	6856	1	0
BAL004	Balança	UPX SOLUTION	ACQUA 15	NS9053/2016 COD IMETRO 12551257	1	0
BAL003	Balança Antropom	Welmy	W110H	4500026203	1	0
AKL002	Agitador de Kline	Evlab	EV07 Standar	450005598	1	0
EST001	Estufa bacteriológica	Olidef cz	ECB	NC / NS.: 93R25	1	0
EST002	Estufa bacteriológica	Olidef cz	ECB	NC / NS.: 96C12	1	0
EST003	Estufa de Secagem	Olidef Cz	EE3	6004973	1	0
HMG001	Homogen c/ Balança	Moller Medical	Docon	12631	1	0
HMG002	Homogen c/ Balança	Moller Medical	Docon	14614	1	0
HMG003	Homogen c/ Balança	Moller Medical	Docon	14613	1	0
HMG004	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	14630	1	0
HMG005	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	13815	1	0
HMG006	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	14629	1	0
HMG007	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	13823	1	0
HMG009	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	13828	1	0



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

HMG010	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	13827	1	0
HMG012	Homogen c/ Balança	Fresenius Kabi	Hemolight P	18746	1	0
MHT001	Centrif de Microht	STI	HemataSTAT II	14470	1	0
MHT002	Centrif de Microht	STI	HemataSTAT II	10464	1	0
MCC001	Microcentrífuga	zhejiang huaweico	k14-1215	18735	1	0
PIP002	Pipeta Volumétrica	HTL Lab Solutions	DV-200	15695	1	0
PIP014	Pipeta Volumétrica	Discovery comfort	20 – 200 uL	15694	1	0
ESF(03)	Esfigmomanometro analógico (03 unidades)	marcas e modelos diversos			1	0
ESF(02)	Esfigmomanometro de pulso (02 unidades)	marcas e modelos diversos			1	0
ESF (02)	Esfigmomanometro digital de mesa (02 unidades)	marcas e modelos diversos			1	0
MNC001	Monitor Cardiaco e Conjunto para Oxigen.	Instramed	Miniscope	7425	1	0
		White Martins	White Med			0
DSF001	Desfibrilador	Instramed	HS01	7426	1	0
	Micropipeta Eletrônica (05 - 50µl)	Thermo Scientific	Finnpipette	4500028624	1	0
	Micropipeta Eletrônica (30-300µl)	Thermo Scientific	Finnpipette	4500028625	1	0
	Oxímetro (02 unidades)	marcas e modelos diversos			1	0
	Termômetros com Higrômetro (08 unidades)	marcas e modelos diversos			1	0
	Termômetros Digitais Min/Max (30 unidades)	marcas e modelos diversos			1	0

\*\*\*\*\*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO  
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO  
DIVISÃO DE CONTRATOS

**AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO Nº 021/2019- DC**

Sr. Representante da RS MÉDICA LTDA ME.

Processo nº 17/2000-0183566-7

**Objeto:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de calibração e qualificação térmica nos equipamentos no HEMOPASSO

**Beneficiário:** Hemocentro Regional de Passo Fundo.

**Endereço:** Avenida Sete de Setembro, 1055 - Centro – Passo Fundo – RS

**Início:** 08. ABRIL. 2019

Autorizamos Vossa Senhoria a dirigir-se ao responsável pelos locais acima descritos, para o recebimento de instruções para o cumprimento do **Contrato nº 031/2019**.

Porto Alegre, 06 de MARÇO de 2019.

**ARTITA BERGMANN**  
Secretária da Saúde

**AGLAÉ REGINA DA SILVA**  
Secretária da Saúde Adjunta

Recebido em: \_\_\_\_\_

Representante da Contratada

**Marco Antonio Barretti**  
Diretor de RS Médica LTDA.  
CPF: 261.358.330/49

**RS Médica Ltda**  
Rua Edmundo Bastian, 116.  
CNPJ: 05157606/0001-59



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA SAÚDE

**PORTARIA Nº 125/2019**

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DOSUL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos Incisos I e III do Artigo 90 da Constituição Estadual, o disposto no Artigo 6º da Portaria SES/RS nº 401/2016, publicada no Diário Oficial do Estado de 25 de novembro de 2016 e o Artigo 4º da Portaria SES/RS nº 769/2018 publicada no Diário Oficial do Estado de 13 de Agosto de 2018, em atendimento aos preceitos que regem a Administração Pública, em especial o da Legalidade e Eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, as servidoras abaixo relacionadas para atuarem na fiscalização do **Contrato 031/2019**, celebrado entre o Estado do Rio Grande Do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde, e RS MÉDICA LTDA. - ME para prestar serviços de calibração e qualificação térmica dos equipamentos em que é beneficiário o Hemocentro de Passo Fundo - Hemopasso, Conforme Processo Nº. 17/2000-0183566-7.

Jaqueline Patricia Reis da Silva, ID nº 4420  
**Fiscal Administrativo do Contrato.**

Bárbara Simone da Silva Coutinho, ID nº 43664  
**Fiscal Administrativo Substituto do Contrato.**

Imprensa Oficialdo Estado.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação na

Porto Alegre, 06 de março de 2019.

  
Arita Bergmann  
Secretária da Saúde

---

**Contratos**

---

*Protocolo: 2019000245321*

CONT. Nº 009/2019, Processo: nº 18/2000-0126983-7, celebrado em 27/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado e NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Fornecimento de medicamentos de uso humano, constantes na Tabela de Preços Oficial da ANVISA/CMED no seguinte endereço eletrônico: <[http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/2829072/LISTA+CONFORMIDADE\\_2018-10-15.pdf/a67c847e-cc06-4c99-9192-b6e1c0b32ee5](http://portal.anvisa.gov.br/documents/374947/2829072/LISTA+CONFORMIDADE_2018-10-15.pdf/a67c847e-cc06-4c99-9192-b6e1c0b32ee5)> ou na tabela da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico – Revista ABC Farma, em sua última edição, bem como inclusões e exclusões de edições posteriores, com o objetivo de atender as determinações judiciais que obrigam o Estado ao fornecimento desses medicamentos, os quais deverão ser entregues em locais a serem definidos pela SES, sendo que as cargas deverão ser remetidas com separação física de volumes por município. PREÇO: O valor mensal estimado do contrato é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que tal valor poderá variar de acordo com as solicitações judiciais impetradas contra a CONTRATANTE. PRAZO: O presente CONTRATO vigorará, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data da publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado. RECURSO: 0006 / U.O: 20.95 / Atividade/Projeto: 6182 / Elemento: 3.3.90.91 / Empenho: 19000448456 / Data do Empenho: 08/02/2019.

---

*Protocolo: 2019000245322*

CONT. nº 031/2019 - PROCESSO: nº 17/2000-0183566-7, celebrado em 22/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde e RS MÉDICALTDA. - ME. OBJETO: Prestação de serviços de calibração e qualificação térmica nos equipamentos no HEMOPASSO, conforme o lote 03, que serão prestados nas condições estabelecidas nos Anexos II do Edital - Termos de Referência, que são partes integrantes deste instrumento. PREÇO: O preço global referente à execução dos serviços contratados é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). PRAZO: O prazo de duração do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços. RECURSO: 0006/0182 / U.O: 20.95 / Atividade: 3275 / Elemento: 3.3.90.39.3984 / Empenho: 19000608877 / Data do Empenho: 15/02/2019.

Pela Portaria/SES nº 021/2019, ficam nomeadas como Fiscal Administrativo e Fiscal Administrativo Substituto do Contrato, acima mencionado, respectivamente, as servidoras: Jaqueline Patricia Reis da Silva, ID nº 4420 e Bárbara Simone da Silva Coutinho, ID nº 43664.

---

*Protocolo: 2019000245323*

CONT. nº 033/2019, PROCESSO: nº 18/2000-0133782-4, celebrado em 27/02/2019, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Saúde e MED CARE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR LTDA ME. OBJETO: Contratação de serviços de Atenção Domiciliar para atendimento de paciente, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento de decisão judicial, e que serão prestados nas condições estabelecidas no Anexo II do Edital – Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento. PREÇO: O preço mensal referente à execução dos serviços contratados é de R\$ 21.066,50 (vinte e um mil e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). PRAZO: O prazo de duração do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços. RECURSO: 0006 / U.O: 20.95 / Atividade: 6182.0002 / Elemento: 3.3.90.91.9104 / Empenho: 19000676066 / Data do Empenho: 20/02/2019.

Pela Portaria/SES nº 022/2019, ficam nomeadas como Fiscal Administrativo e Fiscal Administrativo Substituta do Contrato, acima mencionado, respectivamente, as servidoras: Jessica Chagas, ID nº 4226704 e Gilmara de Campos, ID nº 396279.

---

**Contratos**

---

*Protocolo: 2019000248521*

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2019.

PROCESSO: Nº 19/20.00-0012741-4.

OBJETO: Para prestar serviços de atenção à saúde, nas áreas hospitalar e ambulatorial, aos usuários do SUS, na modalidade valor global.

CONTRATADO: INSTITUTO RIOGRANDENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTEGRADO DE SALDANHA MARINHO - IRDESI

CNPJ: 23.931.208/0002-00

MUNICÍPIO: JAGUARI/RS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base no art. 25 "caput" da Lei 8.666/93.

RATIFICAÇÃO: Em 13 de Março de 2019, com fundamento no Art. 26, da Lei Supracitada.

*Protocolo: 2019000248522*

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2019.

PROCESSO: Nº 19/20.00-0014474-2.

OBJETO: Para atender a demanda de serviços de análises clínicas dos municípios de Camaquã, Arambaré e Chuvisco (pertencentes a 2ª CRS), bem como, para atender demanda do município de Amaral Ferrador (pertencente a 3ª CRS).

CONTRATADO: EXAME LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME

CNPJ: 92.056-415/0001-03

MUNICÍPIO: CAMAQUÃ/RS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Com base no art. 25 "caput" da Lei 8.666/93.

RATIFICAÇÃO: Em 12 de Março de 2019, com fundamento no Art. 26, da Lei Supracitada.

*Protocolo: 2019000248523*

Fica REVOGADA a publicação da Portaria nº 18/2019, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na data de 25/02/2019, página 24 onde o correto é: Portaria nº 122/2019.

*Protocolo: 2019000248524*

Fica RETIFICADA a súmula publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na data de 27/02/2019, página nº 95, referente ao contrato nº 001/2019, no que tange ao número da Portaria, onde o correto é: Portaria nº 123/2019 e não como constou.

*Protocolo: 2019000248525*

Fica RETIFICADA a súmula publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na data de 26/02/2019, página nº 531, referente ao contrato nº 035/2019, no que tange ao número da Portaria, onde o correto é: Portaria nº 124/2019 e não como constou.

*Protocolo: 2019000248526*

Fica RETIFICADA a súmula publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na data de 06/03/2019, página nº 66, referente ao contrato nº 031/2019, no que tange ao número da Portaria, onde o correto é: Portaria nº 125/2019 e não como constou.

*Protocolo: 2019000248527*

Fica RETIFICADA a súmula publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na data de 06/03/2019, página nº 66, referente ao contrato nº 033/2019, no que tange ao número da Portaria, onde o correto é: Portaria nº 126/2019 e não como constou.

*Protocolo: 2019000248528*Assunto: Contrato  
Expediente: 18/2000-0037306-1

Retificação Contrato: 2018/020704

CONTRATANTE: Rio Grande do Sul Secretaria da Saude; CONTRATADO: Centro de Reabilitacao Social Benf Evangelico, CNPJ: 03.005.452/0001-54; OBJETO: Credenciamento de Serviços nas modalidades "Comunidade Terapêutica Adolescente Masculino e Adulto Masculino", para a disponibilização de até 15 (quinze) vagas para a modalidade "Adolescente Masculino" e de até 10 (dez) vagas para a modalidade "Adulto Masculino", que realizam acolhimento de pessoas em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substâncias psicoativas, em ambiente residencial, de caráter transitório e duração máxima de seis meses ou durante período estabelecido de acordo com o Programa Terapêutico da Contr; OBJETO DA RETIFICAÇÃO: Fica RETIFICADA a súmula publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na data de 20/02/2019, página nº 43, referente ao Termo Aditivo nº 111/2019, no que tange ao Objeto do TA, onde o correto é: PRORROGAR, de 30 de abril de 2019 até 30 de abril de 2020, o prazo previsto na Cláusula Segunda - Do Prazo do Contrato, do Contrato nº. 244/2018, e não como constou.